A Pesca Colaborativa entre Botos e Humanos para matar Tainhas em Laguna/SC e desafios da natureza para a Política de Patrimônio Cultural Imaterial

Lucas Cimbaluk[1]

Resumo

Este artigo descreve uma forma de pesca artesanal realizada em pontos específicos do litoral sul do Brasil, especialmente no município de Laguna, sul do estado de Santa Catarina. Destaca em especial a interação que envolve botos e humanos, que colaboram mutuamente para capturar sobretudo tainhas. A partir de reflexões sobre pesquisas existentes e em desenvolvimento sobre a prática, procura apontar possibilidades de entendimento ou descrição das relações interespecíficas e consideração de abordagens que podem reduzir o foco antropocêntrico de debates teóricos antropológicos, considerando-se as especificidades desta forma de pesca. Tendo como motivação de escrita o pedido de Registro da Pesca Artesanal com Auxílio de Botos como Patrimônio Cultural do Brasil, sem ter proposições fechadas, traz reflexões sobre desafios aos caminhos institucionais possíveis de reconhecimento cultural patrimonial diante das abordagens analíticas apontadas.

Palavras-Chave: Pesca Artesanal com Auxílio de Botos. Relações Interespecíficas Colaborativas. Patrimônio Cultural Imaterial.

Abstract

This article describes a form of artisanal fishing carried out in specific points on the southern coast of Brazil, especially in the municipality of Laguna, on the south of the state of Santa Catarina. In particular, it highlights the interaction involving dolphins and humans, who collaborate with each other to capture mainly mullets. Based on reflections on existing and developing research about the practice, it seeks to point out possibilities for understanding or describing interspecific relationships and considering approaches that can reduce the

[1] Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Antropólogo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). E-mail: lucas.cimbaluk@gmail.com.

anthropocentric focus of anthropological theoretical debates, considering the specificities of this form of fishing. Having as writing motivation the request for Registration of Artisanal Fishing with the Assistance of Dolphins as Cultural Heritage of Brazil, without having closed propositions, it brings reflections on challenges to the possible institutional paths of cultural heritage recognition in view of the analytical approaches pointed out.

Keywords: Artisanal Fishing with the Assistance of Dolphins. Collaborative Interspecific Relations. Intangible Cultural Heritage.

As tainhas e a lagoa

Tainhas são espertas, ágeis. Se ficam em seus redutos interiores em tempo quente, no inverno se juntam, aglomeram, para procurar águas mais quentes e procriar. Movimento extremamente perigoso, já que chamam a atenção de seus perseguidores. Elas enganam. É preciso sentir-desviar daqueles que as perseguem. Que caem sobre elas de todos os lados, as cercam, as capturam, as devoram. E não são poucos. A sorte é que/quando são muitas. Mesmo assim, pescadores usam dos artifícios defensivos das tainhas contra elas próprias. Vencem na estratégia. E lá estão elas nas bocas dos botos, nos bicos das aves, nas tarrafas dos homens.

Matar peixe é um princípio não harmônico, de predação. De captura e devoração. A prova da esperteza das tainhas, que também se juntam aos montes para tentar sobreviver, são as estratégias complexas e as colaborações necessárias para capturá-las. No caso das colaborações, ocorrem, por exemplo, entre humanos, com a pesca artesanal de arrasto, também chamada cerco de praia, mobilizando comunidades inteiras para cercar um cardume. Ocorre também entre botos, com movimentos complexos de cerco e emboscada. Ocorre entre espécies, como entre botos e aves, cercando cardumes por baixo e atacando-os por cima. Ocorre muito frequentemente nestes e em outros casos, aproveitando-se da geografia subaquática e costeira. No presente texto falaremos, no entanto, de outra pesca colaborativa, quando se unem botos e humanos para tomar vantagem nesta difícil forma de predação.

Ela ocorre em pontos muito específicos da costa, uma vez que precisa de um ambiente geograficamente propício, não apenas para a vida de tainhas, botos e humanos, mas para que a emboscada dos botos possa se articular com a tarrafada humana na conjunção para a captura dos peixes. Dá-se em águas calmas estuarinas, sendo registrada em especial em Laguna, sul do estado de Santa Catarina. Ali ocorre principalmente em vários pontos da Lagoa de Santo Antônio dos Anjos, também no canal que a liga ao mar, e na foz do rio Tubarão. Há ocorrência na Barra do rio Tramandaí, entre os municípios de Imbé e Tramandaí, norte do Estado do Rio

Grande do Sul, além de alguns outros pontos entre estas localidades. Trata-se de algo raríssimo no mundo. Outras formas de colaboração entre humanos e animais na pesca neste sentido, além de poucas, são sempre muito peculiares e parte delas resta viva apenas em registros históricos e na memória.

O que motiva a reflexão sobre este tema aqui são os desafios apontados pelas pesquisas desenvolvidas em função do pedido de Registro da *Pesca Artesanal com Auxílio de Botos em Laguna* como Patrimônio Cultural do Brasil, encaminhado ao Iphan em 2017. No âmbito das ações do Iphan remete ao estudo pioneiro contemplado por edital do PNPI em 2013, intitulado *Educar, documentar e valorizar para preservar: pesca artesanal com auxílio de botos em Laguna* (GONZÁLEZ DE CASTELLS; IINO, 2015). Pesquisa que, pode-se dizer, teve seguimento através do trabalho de consultoria contratada de Letícia Vianna entre 2019 e 2020[2]. Tenho em conta, também, o pedido de Chancela de Paisagem Cultural para a *Pesca Cooperativa: interação entre pescadores, botos e tainhas, no estuário do Rio Tramandaí* encaminhado ao Iphan em 2019, que é referente à pesca muito semelhante à que é feita em Laguna, na Barra do Tramandaí (RS).

Aprendendo a pesca com auxílio de humanos

> O aprendizado dos botos se dá de mãe para filho. Em 1998, acompanhamos uma sequência de comportamentos muito esclarecedora, em que um filhote de cerca de seis meses copiava sua mãe durante a pesca cooperativa. Primeiro, ela executava os movimentos de agrupar as tainhas e levá-las para a linha de pescadores (tarrafeiros). Nesse momento, o filhote se mantinha atrás dela, fazendo os mesmos movimentos. Em outra oportunidade, o filhote manteve-se ao lado da mãe, executando os comportamentos em sincronia. Depois, numa terceira oportunidade o filhote foi à frente, fazendo sozinho todos os movimentos, enquanto a mãe se mantinha atrás, apenas acompanhando. Aquilo funcionava como um ensaio, um treinamento motor para automatizar toda a sequência. Naquele dia, as águas estavam incrivelmente claras devido a uma prolongada falta de chuvas. Desde então, vimos outros filhotes realizarem essas seções de treinamento. (SIMÕES-LOPES *apud* CAMARGO, 2014).

A fala acima do biólogo professor Paulo Simões Lopes é inspiradora e referenda o que apontam os pescadores. Para os biólogos, é evidente que a aprendizagem dos botos se dá socialmente, *culturalmente* (SIMÕES-LOPES; DAURA-JORGE; CANTOR, 2016). O pequeno filhote aprende sobretudo com sua mãe, com quem passa sua juventude, que pescar

[2] Agradeço às leituras e contribuições feitas por Letícia Vianna ao presente escrito. Os produtos e as conversas com a consultora do IPHAN são a principal fonte de informações deste trabalho.

com auxílio de humanos é uma opção. É diversão. É um aprendizado com linguagem para a qual somos surdos ou quase, cegos ou quase. E que só se pode vislumbrar com maior clareza pela condição das águas e chuvas. Os botos veem mais do que nós, sentem vibrações, ondas sonoras, movimentos sob as águas. Nós apenas com muita observação dos corpos e seus movimentos em interação podemos tentar entender. Só com muito conhecimento se poderá pensar em experimentar interagir sem comprometer a relação. Só anos de convivência permitem perceber seu estado de espírito ao pescar.

Para os botos, a pesca com colaboração de homens é uma atividade individualizada, mas que pode também ser feita em conjunto, inclusive na interação educativa descrita entre mãe e filhos. Aos poucos, o boto vai pegando o jeito, ou melhor, desenvolvendo sua maneira de trabalhar, com base no aprendizado e na experiência.

A descrição feita pelos pescadores humanos, os maiores observadores dos botos, pode ser dividida em duas técnicas básicas desenvolvidas. A mais frequente nos vários pontos de pesca é *no pulo*. O boto vem vindo de um lado ou do outro, pulando, indicando com seu corpo na superfície que está trazendo o cardume. Reúne o cardume e o conduz na direção dos humanos dispostos a trabalhar, atentos para sincronizar os movimentos. Eles ficam em pé, formando uma continuação de uma barreira, diante de uma depressão sob a água ou embarcados nas calmas águas da Lagoa Santo Antônio dos Anjos. Normalmente, ficam alinhados vários pescadores, na esperança de pegar o cardume onde ele se aproximar. Cada boto desenvolve sinais peculiares e tem uma maneira de conduzir o cardume. Ao levar o cardume, o boto pula para indicar onde o pescador parceiro deve lançar sua tarrafa nas águas turvas, avançando também sobre o cardume.

A segunda técnica é a da batida, quando a mãe boto e seu filhote, se este ainda estiver com ela, ficam reunindo as tainhas ao realizarem círculos concêntricos, até, trabalhando, formarem uma bola densa e grande. A técnica é similar à dos *carrosséis*, feita em parceria de botos exclusivamente, nos quais os botos, após aglomerar o cardume nestas circulações, avançam sobre ele por diferentes lados (SIMÕES-LOPES, 2005). Neste caso, no entanto, quando o pescador humano da vez então se aprecia da bola já grande o suficiente para ele, inicia o lanço. O da vez é o que lança primeiro, *na batida*. Esta posição irá depender de onde o boto concentra o cardume. É seguido, então, imediatamente de dois companheiros, cada um a partir de sua embarcação, um na *reversa*, outro na *cabeça*, abocanhando praticamente todo o cardume trabalhado pelo boto.

Seja em uma ou outra técnica, a pesca só é possível quando o tal boto indica que quer começar a *trabalhar*. Eles estão livres, e optam por ajudar os pescadores. Eles desenvolvem

seus próprios modos de trabalho nas duas técnicas, e por vezes se especializam em uma delas. Desenvolvem certas predileções por pontos ou técnicas de pesca, ou até por pescadores, indicando mais peixes a uns que a outros, como já foi indicado para a prática em Tramandaí (ZAPPES *apud* CATÃO; BARBOSA, 2018, p. 215).

Não são quaisquer botos que desenvolvem as técnicas colaborativas com humanos. São famílias dentre botos caracteristicamente costeiros. Não se misturam muito a outras famílias. Formam, assim, uma pequena sociedade de botos, a partir de sua interação de pesca com os humanos, podendo-se repartir os botos da Lagoa em duas comunidades, uma dos cooperativos, outra dos não cooperativos com humanos. Há uma espacialização inclusive destas comunidades, sendo a dos cooperativos menos expansiva em sua área de circulação e forrageio, ainda que isso também varie de acordo com as condições ambientais dadas em cada período, sofrendo impactos de alterações maiores dadas no entorno (AGRELO, et al., 2018; CANTOR, et al., 2018).

Mas alguns poucos botos machos transitam também entre Laguna e Tramandaí. E, assim, sua tradição de pesca também é desenvolvida com trocas entre diferentes lugares onde a geografia submarina permite esta relação. Ensinam-se botos, ensinam-se humanos. Constituem suas famílias em suas localidades, passeando eventualmente e *cruzando* por lá e por cá. Já as fêmeas permanecem na Lagoa e região. São as especialistas no ensino das diferentes técnicas de pesca aos filhotes e representam a maioria dos botos que pescam com auxílio de humanos. Através de seus ensinamentos, criam-se famílias de botos que cultivam a tradição de pesca com humanos.

Segundo a análise biológica contemporânea, estes botos que pescam com humanos percorrem extensões menores para capturar tainhas, tendo uma área de circulação e alimentação mais restrita que os demais botos que vivem na Lagoa Santo Antônio dos Anjos e rio Tubarão (CANTOR; SIMÕES-LOPES; DAURA-JORGE, 2018). Isto representaria uma vantagem em termos de gasto de energia para a alimentação. Há ainda possível vantagem na captura de tainhas também para os botos, usando homens e tarrafas como forma de emboscar os cardumes e desorganizá-lo para também conseguirem capturar alguma tainha, enquanto os pescadores humanos ficam com o cardume quase todo.

Como apontam Catão e Barbosa (2018), porém, com base na avaliação de pescadores humanos, há dias em que o boto só trabalha e não quer comer, há dias em que captura tainhas, mas não as come. Pesca só para iniciar novamente outra captura em seguida. Há botos que sequer comem. Tudo indica que pescar com os humanos é também para os botos uma espécie

de diversão, algo como uma dança predatória. *Forma de expressão* muito peculiar. Ao que parece, capturar, comer, brincar com o peixe, aprender, ensinar, treinar, e também aprender a ensinar são atividades que ocorrem em simultâneo, mas de maneira não necessariamente associada em todos os momentos.

Pescar com colaboração de humanos, no entanto, é uma tradição que nem todos os botos seguem. Alguns preferem pegar peixe na onda, na rabada, no carrossel, ou usando outras técnicas e outras parcerias. Os que seguem a colaboração com humanos, porém, podem manter a técnica, mesmo que não exclusivamente, ao longo de toda a vida, se nenhum acidente mais grave os faça desacreditar destes seus parceiros da superfície. Mesmo assim, a mágoa por algum sofrimento parece ser superada depois de algum tempo. É uma relação que as boto-fêmeas ensinam a suas filhas e filhos, constituindo-se assim famílias e uma comunidade de botos que pesca com humanos. Tradição que sobretudo as boto-fêmeas mantêm e transmitem, não obstante receberem dos humanos nomes que, mal sabem elas, são muitas vezes masculinos.

Viver na pesca com auxílio de botos

Do lado dos pescadores humanos, a pesca com auxílio de botos é algo que também passa por muito gosto e opção. Às vezes, até mesmo teimosia, como apontam trajetórias de vida levantadas por Vianna (2020a). A vida na pesca de maneira geral é algo visto como duro, desgastante, e que muitas vezes é tido como algo que não traz muito *futuro*. Por isso alguns pescadores não querem esta vida aos filhos e filhas. Procuram encaminhá-los a outras escolhas e vias. No entanto, a vida fora da pesca é também outra vida. Uma vida com outro tempo, outras competições e ambientes. Crescidos na pesca, nem todos se adaptam a outras vidas com facilidade. Na pacata e histórica cidade de Laguna, ao menos até algumas décadas atrás, o serviço público parece ser o que mais permitia a mudança desejada, representada especialmente para os homens pela carreira militar, para as mulheres, o magistério. Alguns realmente seguem outros caminhos, mas mantêm a pesca como cenário de fundo, sem abandoná-la de todo. Outros contrariam os pais e voltam ou permanecem na pesca. E existem aqueles também que, criados no ambiente urbano, descobriram na pesca novos caminhos, a que por vezes passam a se dedicar com maior exclusividade ao se aposentarem de seus outros ofícios.

À vida na pesca, portanto, se chega por diferentes caminhos. E nem todos que vivem na pesca se interessam na relação com os botos. São técnicas específicas que precisam ser aprendidas e desenvolvidas com muita atenção, dedicação e tempo. Uma arte em que alguns

pescadores de tarrafa se especializam, passando horas e dias à espera dos botos e seus movimentos. Preferem fazê-lo, pois sem os botos tarrafeariam praticamente às cegas nas águas turvas da lagoa e do rio. Mas também é uma relação cultural, de anos, estabelecida com os botos, que faz com que se passe a conhecer cada um deles, os locais que pescam e suas formas de pescar. Algo a que se chega por observações e trocas com os botos e os outros pescadores. Se entre botos são as fêmeas que são as especialistas nesta forma de pesca, entre humanos é uma atividade eminentemente masculina, mais até que outras formas de pesca no local. Além disso, no passado, era também considerado pescador pleno, com direito à vez nos pontos de pesca e parcerias, aquele que era casado, como levantou Vianna (2020b).

Os que "pescam no boto", como dizem às vezes, além de terem, portanto, trajetórias de vida muito distintas, também têm a pesca em lugares diferentes em suas vidas. Eles realizam a prática em intensidades diferentes. Alguns apenas na temporada das tainhas, outros durante todo o ano. Eles moram em diferentes localidades da cidade ou em outras cidades próximas ou mesmo mais afastadas, tendo diferentes condições econômicas, não constituindo uma "comunidade" ou "coletivo" bem delimitado socialmente a não ser pela própria prática da pesca que desenvolvem, ainda que alguns tenham convivências mais próximas. Ou seja, só podemos tratá-los em conjunto considerando o próprio recorte da "pesca no boto". Alguns são pescadores profissionais que vivem do ofício, combinando várias pescas ao longo do ano, dada a sua sazonalidade. Estes, por vezes, se ressentem de pescadores que, aposentados ou com outras fontes de renda, desenvolvem a prática por lazer, ocupando os limitados espaços e oportunidades colaborativas oferecidas pelos botos, especialmente nos pontos de pesca não embarcada, e lucrando com a relação com os botos sendo que não dependem desta atividade. Afinal, em um caso ou em outro, vende-se o pescado. As tensões por vezes se acirram. No passado, aqueles que não eram considerados pescadores plenos (casados) chegavam a sofrer agressões. Hoje, em contexto mais complexo, intimidações, reforçadas pelo fato de alguns aposentados serem ex-policiais ou bombeiros, podem agravar conflitos, diante de pescadores que, em alguns casos, sofrem pressões pelas fiscalizações por órgãos ambientais em suas diferentes práticas de pesca e contam com limitado acesso a serviços públicos. Todos esses pescadores, por outro lado, são impactados e criticam a pesca feita por turistas ou pessoas pouco experientes, que podem prejudicar o trabalho com os botos, seja por tentarem pescar com os botos sem o *saber*, ou mesmo por outras formas de pesca que praticam na localidade.

O conhecimento da técnica é fundamental, desenvolvido de geração a geração de pescadores, durante décadas, em uma relação que se personaliza com os botos. Assim vão se

estabelecendo nomes pessoais aos diferentes botos. São pescadores experientes e mais velhos que se arriscam a dar nomes. São eles também que costumam identificar a filiação dos botos a partir da convivência de filhotes com suas mães, construindo linhagens maternas observadas, apesar de dificuldades de identificação dos filhotes entre o afastamento da mãe e o desenvolvimento de características distintivas claras.

Feita pelos pescadores experientes, a nomeação de botos é uma ação, porém, social, já que mesmo que um pescador nomeie o boto e o chame com o nome que escolheu, este nome para ser reconhecido e usado depende do reconhecimento que tem o pescador no meio da pesca com botos. Alguns pescadores mantêm nomes divergentes para o mesmo boto, mesmo depois se reconhecendo que se trata do mesmo animal. Os nomes, aos poucos, vão sendo difundidos entre pescadores e utilizados a partir do reconhecimento de certas marcas no corpo do animal e seu jeito. Figueiredo, Caroba, Scooby, Borracha, Robin, Batman e Jade são alguns dos mais famosos hoje.

Por vezes, quando eventualmente capturavam acidentalmente um filhote, pescadores faziam alguma marca para diferenciá-lo (AREÃO, 1949, p. 9). Isto, porém, não é mais prática comum. Sinais ou formas peculiares de nascimento ou devido a outros acidentes auxiliam a identificação. O reconhecimento via comportamento também é possível, mas pode ser secundário em relação à identificação pelas marcas do corpo. O conhecimento dos botos, porém, é também geracional, aqueles pescadores que deixaram de praticar, logo deixam de conhecer a geração mais nova de botos. Viver da pesca é viver na prática da pesca cotidianamente. Conhecendo e desenvolvendo, no exercício, a técnica com os botos que trabalham atualmente.

Devido à forma de trabalho, cada pescador por vezes prefere trabalhar com uns ou outros botos. Mas não recusam o trabalho de nenhum boto que esteja disposto. As relações com os botos são bastante pessoais, conhecendo-se os trejeitos de cada boto. Narrando-se histórias peculiares vividas com eles. Existem casos em que há uma história conjunta, repleta de significados pelas narrativas contadas das boas pescas, de algum acidente, algum salvamento, ou da convivência estreita com algum dos botos em particular. Nestes casos, pode-se observar empatia e comunhão de sentimentos. Isto fica sobremaneira evidente nos casos de luto pela morte de filhotes. Pescadores contam histórias de lutos das mães boto. Em uma delas, por exemplo, a mãe boto se recolheu e não trabalhou por dias, ficando também afastada dos demais botos (VIANNA, 2020a, p. 123). Os comportamentos dos botos também indicam seu estado de ânimo. Assim, pode-se caracterizar o período de luto ou revolta com os pescadores; e também

momentos de camaradagem e brincadeira, quando o coração dos pescadores pula de alegria com os botos. Na emoção de arregalar os olhos de botos e humanos vivida diante de um grande cardume (GONZÁLEZ DE CASTELLS; IINO, 2015, p. 74). Para outros pescadores humanos, porém, parece tratar-se de uma relação de trabalho, operacional, em que se tira vantagem nas tarrafadas ao se contar com a colaboração do boto.

Estas relações com botos também fazem com que haja uma leitura moral sobre seus comportamentos. Assim, os botos que *trabalham* são *botos bons*. Botos que não colaboram são *ruins*. Faz-se assim uma distinção humana, baseada na categoria trabalho, na modalidade de cooperação, quase que pressupondo que o correto seria os botos todos trabalharem. Invertendo as relações normalmente tidas como *naturais* de humanos e animais. Assim também, assumindo termos de cooperatividade no *trabalho*, alguns botos podem ser considerados *confiáveis*, outros não, mesmo sendo irmãos uns dos outros (VIANNA, 2020a, p. 79). Aquilo que para os homens é trabalho para os botos, porém, parece ser muitas vezes diversão, gosto, aprendizado.

Os pescadores também se preocupam em ensinar os botos e, sobretudo, não desensiná-los. Assim, evita-se dar peixe *de graça* para os botos, para que não percam o costume de trabalhar. Além de preocuparem-se com a presença de pescadores que não conhecem a prática e podem atrapalhar o boto e, errando, desestimulá-lo a trabalhar, preocupam-se, sobretudo, com a preservação dos botos contra ameaças como jet-skis, poluição, redes e más intenções de outras pessoas, que podem ver nos botos e na sua proteção ameaças a suas formas de vida, sustento etc. Evidentemente que o grau envolvimento dos pescadores colaboradores dos botos na defesa deles é variável, e a articulação dos pescadores neste sentido, ainda que haja, possui suas limitações, reforçadas por diferenças pessoais e sociais.

Entre os humanos pescadores parceiros dos botos, em alguns casos, no pulo ou na batida, é possível a manutenção de parcerias ou emendas de pesca entre dois ou três pescadores. Assim, podem se dar acordos internos sobre as vagas, divisão do trabalho, pontos de pesca. No entanto, prevalece uma noção de individualidade desta forma de pesca, não sendo uma atividade eminentemente coletiva, diferente de algumas outras formas de pesca artesanal. Ela não congrega maiores coletivos de maneira bem delimitada, ainda que aproxime estes pescadores especializados, com suas diferenças, desavenças e conflitos.

Ela parte, sim, da parceria central entre aquele que congrega e conduz cardumes e aquele que tarrafeia. Parceria recolocada a cada tarrafada.

Sincronismos dos corpos diferentes: a pesca colaborativa de botos e humanos

A pesca com o boto, usando a tarrafa, é uma atividade que se dá sobretudo com um boto e um humano. Diferente de outras formas de pesca, em que ou botos ou humanos trabalham de maneira conjunta para pescar, aqui o fundamental é a parceria interespecífica, que não é exclusiva. Ou seja, se, dentro desta tradição, pescador humano e boto estiverem dispostos e a postos para trabalhar, havendo tainhas ou eventualmente outros peixes, a pesca é possível. Uma relação de trabalho que requer parceria, que não funciona se um dos elementos do par não comparecer, ou se não tiverem com quem pescar.

Como denota a descrição de Simões Lopes, ao narrar o aprendizado do pequeno boto, a técnica de pesca para eles é forma de aprendizado corporal dos movimentos adequados para a condução de tainhas e cardumes. É sobretudo com o corpo que eles se comunicam também com seus parceiros de superfície. Do outro lado, como descreve Fátima Iino (2017), em sua pesquisa antropológica sobre a prática no local, a aprendizagem e o desenvolvimento da prática pelos humanos são também muito mais corporais do que verbais. Tanto assim que se aprende observando e sobretudo experimentando. Só com o corpo se pode aprender com as pressões e vibrações na água que indicam a presença de peixes e botos. Por isso, a pesquisadora aborda a técnica do ponto de vista de uma antropologia da *performance*. Mais do que as falas dos pescadores homens, são seus corpos que dizem. Suas bocas, ao tarrafear, estão cerradas, controlando com lábios e dentes a extremidade da tarrafa.

O aprendizado de botos e homens é um aprendizado no corpo, que adquire resistências, forças, sensibilidades, habilidades necessárias para passar horas de pé dentro da água, para lançar a tarrafa da maneira correta, para avançar rapidamente no peixe com a mediação deste instrumento. Educam-se os sentidos, a atenção, as percepções. Marcando-se também nos corpos as experiências, das horas de exposição ao sol e ao frio, ao jejum, aos eventuais machucados.

Mas se os botos estão em contato com peixes mediados pela água e movimentos corporais interespecíficos, a pesca colaborativa também necessita de outros mediadores. Em primeiro lugar, a superfície sobre a qual o pescador irá se sustentar, seja a beirada do fundo da lagoa ou canal na qual se posiciona, seja em seu bote, batera ou canoa. Os pescadores passam horas com seus corpos dentro da água fria de inverno, usam coletes impermeáveis para adaptar seus corpos. Além disso, aquilo que, afinal, conecta a prática de humanos e botos para além das

tainhas é a tarrafa. Ela é que dá o golpe final sobre o cardume e permite as capturas. Permite matar os peixes.

A pesca humana e dos botos cooperadores necessita de conhecimentos do manejo destes elementos mediadores-conectores. Os botos precisam também aprender a escapar da tarrafa sem se emalharem nela, ao mesmo tempo perdendo o medo de aproximar-se dela, aprendendo os momentos e formas seguras de se aproximar e se afastar. Hoje, canoas, botes e tarrafas, assim como os coletes, não são confeccionados pelos próprios pescadores. Mas o aprendizado de sua utilização é etapa prévia à pesca colaborativa interespecífica, cujo uso requer também especificações para o caso da pesca com auxílio de botos. De maneira similar, também estão ligados à pesca outros espaços e domínios para além dos pontos de pesca, públicos e privados, incluindo, por exemplo, os trapiches dos pescadores (GONZÁLEZ DE CASTELLS; IINO, 2015, p. 53).

Mais ainda, a pesca colaborativa depende necessariamente de haver peixe e de haver condições ambientais. A colaboração não se dá em qualquer lugar, de qualquer forma e com quaisquer atores. Todos estes elementos precisam estar combinados de maneiras muito peculiares para que exista a possibilidade de colaboração.

Um dos maiores problemas que se coloca neste ambiente é a poluição das águas, poluição tanto química como sonora. São os usos da lagoa e de toda a bacia do rio Tubarão, de um lado trazendo contaminantes prejudiciais a botos, tainhas e humanos, de outro atrapalhando suas formas de comunicação, sua orientação, fazendo-os adoecer. Sem mencionar os atropelamentos de botos, emalhamentos em outras formas de rede de pesca, entre outros acidentes ou atentados fatais aos parceiros dos pescadores humanos. É o adoecimento e a morte de botos, sobretudo, que preocupam e mobilizam pescadores e também outros parceiros. No momento em que reviso este texto, vemos isso ocorrer diante do grave adoecimento, em decorrência de contaminação das águas, de uma das botas mais antigas, mãe e professora, *detentora* e *referência cultural*, Caroba.

Análises da cultura interespecífica e aprendizado da pesca cooperativa

Para uma abordagem antropológica, a pesca colaborativa interespecífica é algo que pode ser desafiador. Há muitas formas de relações interespecíficas possíveis entre humanos e

animais. Existem relações consideradas em termos biológicos como *negativas*, de competição, e *positivas*, entendidas como favoráveis a ambos os lados. Dentre estas últimas, há relações oportunistas, comensais *não intencionais*. Mas estamos tratando aqui de uma relação de colaboração, mutualista, intencional. E isto sem que os botos sejam *domesticados*, estão livres para voltar ou não aos pontos de pesca. Uma interação favorável aos humanos, mas que só pode acontecer pela iniciativa dos botos. Neste sentido, uma abordagem centrada no humano parece muito parcial, ou mesmo limitada.

Superar o antropocentrismo, porém, é um desafio, já que nossa comunicação com palavras tende sempre a prevalecer ao tratar da transmissão, mesmo quando de corpos e movimentos. Destacamos narrativas, ideias e conceitos. E é através de nossos conceitos que tendemos a analisar a outra espécie. Na antropologia, temos as possibilidades de análise dadas pela tradução, pelos movimentos de ida e volta dos conceitos, de maneira relacional como coloca Roy Wagner (2010), *inventando cultura* aos outros para entendermos a nós próprios, o que seria isso a que chamamos cultura. No caso interespecífico, tais invenções, por superar justamente a divisão fundamental natureza e cultura, dos entendimentos das capacidades linguísticas, nos colocam problemas de comunicação e entendimento particularmente graves, o que nos faz tender a ser mais resistentes. Assim, *inventar* cultura e linguagem aos botos parece mais distante do que normalmente fazemos, antropólogos, para *outras culturas* humanas. Mas é algo que, como no caso de outras culturas, pode ser produtivo no sentido de alterar nossos entendimentos de *cultura* e também de *humano* (*antropo*). Colocar a cooperação interespecífica em termos igualitários entre botos, humanos e tainhas, além do mais, parece ser mais justo, mesmo que saibamos que aquilo que os pescadores humanos podem entender por cooperação e pesca não seja o mesmo que os botos estão entendendo. Certamente eles não concordariam plenamente com nossa divisão, caracterização e distinção de boto e humano. Sem falar das tainhas, que devem sentir más vibrações com toda esta articulação.

Teoricamente, o desafio pode ser encarado por diferentes vias. Os estudos da *performance* como na abordagem mencionada de Iino (2017) vão no sentido de falar de corpos e movimentos. No entanto, é preciso não só abordar os corpos humanos, seus sentidos, seus significados, mas também os corpos não humanos, para cujos sentidos ontológicos somos praticamente ignorantes em termos de nossa *cultura*. Assim, é necessário transpor outras barreiras disciplinares, abrindo-se aos estudos biológicos, comunicativos e cognitivos.

Neste sentido, vai o estudo elaborado por Brisa Catão e Gabriel Coutinho Barbosa (2018). Os autores buscam superar visões dualistas propostas pela visão utilitária, que sustenta

avaliações da pesca e que também podemos ver em análises de outros sistemas produtivos. Procuram, assim, superar a dicotomia altruísmo e egoísmo da pergunta do *porquê* da prática, para tratar do *como* da prática. Nesta linha, sugerem a possibilidade de abordagem pelo conceito de *comunidade híbrida*.

Sem pretender aqui um aprofundamento ou crítica desta perspectiva teórica, vale destacar que este conceito, como formulado por Lestel, Brunois e Gaunet (2006), é definido sobretudo pela proposição de abordagens complementares entre etologia e etnologia, procurando entender associações humano-animais e sociedades compostas de agentes de múltiplas naturezas. Tem como fundamento o pressuposto do compartilhamento de sentidos, interesses e afetos, nestas *comunidades*, em uma abordagem fenomenológica. Assim, pretendem uma análise menos funcional, procurando, por outro lado, uma análise mais descritiva. Buscam compreender as interações presentes, ao mesmo tempo em que colocam os aprendizados das espécies e seu desenvolvimento evolutivo em interação com transformação mútua.

Outra interessante abordagem apontada por Catão e Barbosa (2018) é a de Gregory Bateson. Este pesquisador, partindo de seus estudos sobre psicologia, propõe uma abordagem de uma *antropologia ecológica*. O autor faz um instigante estudo sobre a comunicação de outros mamíferos contrastada com a comunicação humana, focada nas formas de aprendizagem. Um de seus trabalhos, inclusive (BATESON, 2018), trabalha com golfinhos. Partindo da discussão de princípios lógicos, diferencia duas formas de comunicação: analógica e digital. A analógica pode se referir ao que chamamos *comportamento* ou, mais propriamente, as respostas sensoriais manifestas no comportamento, que também chama de cinésia (sensorial). Uma comunicação de base sensorial em função das relações estabelecidas com os entes do ambiente. Algo que temos dificuldade em descrever, mas que informaria as relações entre animais. São movimentos, sons pré-verbais dos mamíferos. É uma comunicação focada nos relacionamentos. A comunicação digital, por seu turno, é verbal, musical, pictórica, sobretudo focada em uma codificação de sinais discretos com relação arbitrária e convencional com seus referentes. Ou seja, é uma linguagem abstraível de seu contexto. Pode ser específica sobre algo que vai além da relação, e daí sua diferença. Mesmo assim, aquilo que se diz para além da relação também informa sobre a relação, como na comunicação analógica. E, por vezes, a comunicação analógica predomina sobre a linguística. Predominantemente analógica seria a comunicação de humanos com animais, buscando sentir aqueles sinais que lhes são perceptíveis. Sua comunicação paralinguística, seus sons, são pouco diferenciáveis para nós sem uso de modernos equipamentos e pesquisas.

Como levantado por Catão e Barbosa (2018), estudos específicos sobre tais sons, por seu turno, têm apontado que em Laguna durante a pesca cooperativa, há aumento e variação de assobios e ecolocalizações dos botos bons. Com os pescadores, porém, resta a comunicação por seus movimentos, sobretudo sobre a superfície. Chegando a indicar onde está o cardume, como descrito antes. Estes movimentos são direcionados e diferenciados, mais fortes e enérgicos que os comuns, como destacam os pescadores (CATÃO; BARBOSA, 2018, p. 217). Pescadores também usam de sinais analógicos para fazer sentir sua presença, batendo a chumbada da tarrafa na água, por exemplo, usado estrategicamente para se mostrarem preparados, mas em momento que não atrapalhem o trabalho dos botos.

No que tange às formas de aprendizagem, já vimos a transmissão entre botos, com técnica passada de mãe para filhos. Esta transmissão leva a haver famílias de botos que cooperam. Como levantado na pesquisa de Letícia Vianna (2020a) junto a pescadores e com base em registros históricos (AREÃO, 1949, p. 8), e trabalho de Jonatan Cardoso (2017, p. 36), houve um desenvolvimento histórico conjunto da prática colaborativa a partir de esforços de humanos e botos, com os pescadores homens cutucando ou assustando botos com paus para evitar que os botos se emalhassem nas tarrafas e as rasgassem. O aprendizado atual de cada boto, porém, segue a sequência de experiências orientadas inicialmente pelas mães boto, desenvolvidas por cada boto por suas experiências próprias, com erros e sucessos, dependendo simultaneamente da agência dos pescadores e igualmente de sua experiência. Os pescadores humanos aprendem, por seu turno, principalmente com a observação de outros pescadores, sejam seus parentes ou não, e na observação e prática com os botos, dependendo da experiência deles. Como resume Vianna, temos um triplo aprendizado e transmissão: entre humanos; entre botos; e entre botos e humanos.

Podemos pensar, como também adiantam Catão e Barbosa (2018), em habilidades, como definidas por Tim Ingold (2002; 2010). No sentido de que a aprendizagem constante da cooperação para a pesca é uma maneira de sintonização da percepção-ação dos agentes, educando sua atenção e buscando repetir e experimentar com base naquilo que a experiência lhes mostra como positivo. Não apenas a experiência entre eles como seres cooperativos, mas com todo o ambiente e sua percepção e inserção nele, incluindo as águas da Lagoa e suas variações, as tainhas e suas formas de reações.

Desta maneira, voltando à discussão da linguagem suscitada por Bateson, se não podemos entender os sons produzidos pelos botos, seus movimentos relacionados à percepção e relação com o ambiente podem ser diferenciados se os pescadores estiverem com referentes sensoriais

semelhantes. Assim, pode-se perceber que se o boto pula de uma maneira em uma quebrada de maré, e da mesma maneira sem uma quebrada de maré, o pulo pode significar coisas diferentes.

Novamente, voltando a Catão e Barbosa (2018), este aprendizado envolve não apenas um sentido utilitário da pesca, mas uma forma de interação própria destes botos, repleta do que chamaríamos de alegria e brincadeiras, talvez tanto ou mais que entre os pescadores humanos.

Estas formas de abordagens teóricas da pesca têm em comum a busca por superar leituras exclusivamente focadas na dimensão humana da colaboração. Entendendo sobretudo que os diferentes seres envolvidos são essenciais para que ela possa ocorrer. Que a interação entre botos e humanos, nos movimentos de tainhas e tarrafas, em meio à água da Lagoa ou do Rio, só é possível na articulação ambiental e comunicativa envolvendo todos estes elementos. Ou seja, trata-se de uma análise que pensa tais elementos e aspectos de maneira integrada, buscando superar, para tanto, barreiras disciplinares.

Ainda há bastante por se refletir e estudar sobre a pesca colaborativa entre botos e humanos. Ela representa um contexto privilegiado para desenvolvimento teórico a respeito de nossas divisões entre natureza e cultura, no sentido que propõe por exemplo Bruno Latour (1994). Para que, suspendendo uma separação purificada entre essa suposta oposição binária, possamos investigar e seguir caminhos que indiquem para outras possíveis relações natureza-cultura, seguindo as agências dos diferentes atores (humanos e não humanos) e suas relações, sem pressupor que aquilo que nós, modernos, consideramos *natureza* seja o que é válido e verificável para todas as *culturas*. Para que possamos considerar a agência de diferentes seres e elementos, tomando-os como atores efetivos e com igual potencial e importância para um modo de existência. Que possamos mesmo, em decorrência, ter outros entendimentos do que seja humanidade e seus limites, dada a proliferação de híbridos imposta por nossas purificações.

Ou então, considerando a proposta de Ingold (2015), considerar, como exposto acima, as relações entre os diferentes elementos em interação integrada na constituição de um mundo. Um mundo todo entrelaçado em que nenhum elemento é estático. Em todo caso, um desafio ao pensamento para além de nossos conceitos ocidentais a partir dos quais operamos, entendemos e separamos as próprias ciências e suas formas de racionalidade.

A narrativa dos corpos em *performance*, destes diferentes elementos relacionados, parece um caminho promissor para a abordagem do problema linguístico da descrição de comunicações não verbais. Além de teórico, portanto, temos também um desafio no sentido de abordagens narrativas. Assim, tive aqui a intenção de experimentar brevemente e de maneira limitada uma descrição diferenciada, que, mesmo que restrita àquilo que podemos acessar via

os especialistas humanos, nossa linguagem, nossas formas e possibilidades atuais de conhecer, visa ao menos colocar em maior igualdade as posições de tainhas, botos e humanos, inseridos em um ambiente comum que propicia e permite esta forma de interação tão *específica entre espécies*.

Desafios à patrimonialização: tarrafeando os conceitos de Paisagem Cultural e Sistemas Agrícolas Tradicionais

Se para o debate acadêmico esta forma de pesca e interação se apresenta tão desafiadora, com potencial inovador no debate contemporâneo entre as ciências, para o debate da patrimonialização isto se coloca de maneira tão ou mais complexa, uma vez que, além de considerar estes caminhos de abordagens possíveis, há que se lidar ainda com o ordenamento constitucional e burocrático e seus instrumentos de reconhecimento e de garantia de direitos existentes, com suas próprias concepções e formas de agência e transformação.

Sem pretender aqui nos aprofundar na discussão de princípios que embasam o Patrimônio Imaterial em sua definição e operação administrativa historicamente, podemos colocar alguns desafios ao abordar a *Pesca Artesanal com Auxílio de Botos* no instrumento de Registro como Patrimônio Cultural do Brasil como definido na atualidade, sendo um caso particularmente potencial para indicar transformações a formas de abordagem e entendimento daquilo que é entendido como *bem cultural*.

Em relação especificamente ao Patrimônio Imaterial, o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, instituído com o Decreto 3.551 de 2000, juntamente com o instrumento do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, foi desenvolvido tendo como referencial as comunidades e os territórios onde atuam. Buscou-se uma articulação ampla entre questões educacionais, ambientais, sociais e econômicas das comunidades. Sendo assim, previa desde logo a questão ambiental. Tem por base, no entanto, uma perspectiva antropocentrada, expressa nas soluções de Registro estarem vinculadas a *saberes*, *formas de expressão*, *celebrações* e *lugares*, todos com uma perspectiva exclusivamente humana, dos valores, modos de fazer, identidades, religiosidades, memórias, práticas culturais coletivas. Em nossas purificações está bastante claro que animais e outros seres não podem ter cultura, ou se a têm, ela está definitivamente em outro domínio.

Seguindo estes preceitos, foi contemplado via edital do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), em 2013, o projeto *Educar, documentar e valorizar para Preservar – Pesca Artesanal com auxílio dos Botos em Laguna*, que deu origem à publicação de mesmo título (GONZÁLEZ DE CASTELLS, IINO, 2015). Não obstante o trabalho resultante já apontar para a importância da dimensão da *natureza* para o bem cultural, seguem-se as concepções gerais da definição patrimonial, historicamente voltada e pensada ao humano. Assim também a prática cultural foi reconhecida como patrimônio em âmbito estadual em Santa Catarina. Em todos os casos, desde seu título, considera-se a pesca em sua perspectiva humana, com um saber humano associado a uma colaboração destes botos tão especiais da localidade, colocada em termos de *auxílio*, de ajuda. Um lugar, portanto, de coadjuvante, não protagonista, ao lado dos pescadores humanos.

Em sentido similar, foi feita a solicitação da *Pesca com Auxílio de Botos em Laguna*, protocolada no Iphan em 2017 pelo Conselho Pastoral dos Pescadores da Diocese de Tubarão/SC, município vizinho a Laguna. No documento da solicitação, destaca-se a integração do homem com o meio em que está inserido, e que se trataria de prática econômica que poderia conviver de forma saudável com o meio ambiente, ressaltando ainda o carinho, estima, respeito e proteção que os pescadores teriam com os botos, aproximando-os a um sentimento “sagrado”. Como narra carta da mesma instituição, o pedido teve origem em uma série de reuniões de mobilização com pescadores e entidades governamentais e do terceiro setor, com mediação de agentes pastorais e do arquiteto, urbanista e pesquisador cultural Wellington Linhares Martins, também relator da carta. Ele aponta o Registro como ferramenta para que a prática fosse preservada como manifestação cultural, ressaltando e fomentando o lugar de protagonistas dos pescadores. Desde logo, os esforços de mobilização se mostram também voltados especialmente à proteção dos botos, ameaçados de diversas maneiras.

Presentemente em avaliação preliminar para a pertinência do *bem* para potencial posterior composição de dossiê de Registro, os trabalhos de pesquisa desenvolvidos até agora na dimensão deste processo, apoiados em alguns dos caminhos de análise esboçados aqui, têm indicado a necessidade superar algumas das barreiras impostas pela política pública, para que esta se adapte à realidade singular deste *bem*, que pode indicar também para novas possibilidades de abordagem em um novo contexto de nossa própria sociedade e os entendimentos sobre si própria e sobre outras cosmopolíticas, ou seja, outras formas de composição de mundos possíveis, não necessariamente com entendimento de que há uma

natureza de mundo válida e universal, apenas verificável via ciências duras, em que a cultura está ausente.

Mesmo que se considere para o Registro uma abordagem interespecífica, ecológica ou comunicativa da pesca, o instrumento faz com que tendamos a nos voltar à dimensão humana desta colaboração, mantendo assim a narrativa de embasamento de Registro como *Pesca Artesanal com Auxílio de Botos*. Como colocado, pressupõe-se a presença humana como privilegiada. São os saberes, formas de expressão e lugares determinados pela atividade humana do par humano-boto, ou melhor, da tríade humano-boto-tainha. Neste sentido, a política de Registro como definida hoje apresenta limitações na consideração desta arte em particular, se abordada da mesma maneira que para outros *bens culturais*. É um desafio, portanto, pensar na consideração de uma *Pesca Colaborativa entre Botos e Humanos para matar Tainhas*. Uma abordagem assim interespecífica, mais descritiva que qualificativa, permitiria destacar que os *saberes* e fazeres humanos só são possíveis de ser transmitidos por sua interação com os saberes e fazeres dos botos. A *forma de expressão* corpórea da pesca colaborativa só existe se forem corpos humanos, de botos e tainhas a interagirem. Os *lugares* de pesca só são possíveis também se os botos escolherem pescar ali. Como coloca Simões-Lopes (2005) é uma tradição bilateral, considerando-se o lado cooperativo da relação, uma cooperação que é tradição para alguns humanos-pescadores e alguns botos-pescadores. Uma tradição que vimos ter sua própria linguagem interespecífica. Mas que também só é possível se houver possibilidade de predação, ou seja, se houver tainhas ou outros peixes para matar. E toda a interação e sua transmissão e continuidade só é possível se o ambiente da Lagoa for adequado para a vida destes botos, das tainhas e consequentemente dos humanos. Se houver resultado *positivo* no complexo de suas relações intercruzadas. *Positivo* no caso dos botos e humanos. *Negativo*, dentro de certa razoabilidade, no caso das tainhas. Entendendo que positividade e negatividade aqui são termos relativos e dados também por certos preceitos de *vida* com parâmetros da atual biologia, não isentos de entendimentos cosmológicos peculiares.

Em resumo, se não houver saber do boto e transmissão de conhecimentos entre botos, a dita *pesca com auxílio de botos* deixa de existir, não importando o saber ou vontade humanos. O *bem* deixa de se reproduzir e ser viável. Se não houver cardume de tainhas, com sua inteligência e forma reprodutiva própria e possível, no mínimo teremos que alterar nosso cardápio. Neste sentido, é imprescindível considerar botos e tainhas como *detentores* culturais plenos, assim como os humanos.

No âmbito da patrimonialização, algumas alternativas têm sido buscadas para tratar de situações em que aquilo que separamos como natureza e cultura têm imbricações complexas e diferenciadas. É o caso da proposição dos Sistemas Agrícolas Tradicionais. Neste caso, tem-se buscado análises e narrativas para o Registro que, podemos dizer, permitem abranger outras formas de naturezas-culturas. Assim se coloca, por exemplo, o Registro do Sistema Agrícola Tradicional do rio Negro (2019). Neste caso, teve-se também a busca pela superação de uma leitura funcional da agricultura. Com destaque para a mandioca, colocaram-se formas de relação entre humanos e vegetais expressas em seu cultivo. Com relações míticas e cosmogônicas que informam a própria existência dos diferentes grupos humanos abordados na região. Neste sentido, é abordada também a sociologia das manivas, no *ethos* de relação dos humanos com outros seres e das relações entre as próprias plantas. Estas relações envolvem ainda o sistema de cuidado e cura destes povos, colocado no âmbito não apenas dos saberes das plantas, mas na maneira de relacionar-se cosmologicamente com elas e seus donos.

Esta possibilidade de abordagem, ainda que tenha como viés condutor a dimensão humana em seu entendimento moderno, tem possibilitado uma consideração mais ampla do que chamamos *ambiente* desenvolvido por estas culturas. Trazendo modificações ao entendimento do Registro, ainda que este, enquanto instrumento legal, acabe tendo limitações ao tocar temas que temos como da *natureza*. Ou seja, toca barreiras institucionais, cuja superação sempre tem que ser buscada através do diálogo com outras competências burocraticamente repartidas.

Uma alternativa que se coloca para a patrimonialização é a do instrumento da Chancela da Paisagem Cultural. Como mencionado, também em relação a esta forma de pesca cooperativa entre botos e humanos foi solicitado o pedido de Chancela para a ocorrência na barra do rio Tramandaí, no Rio Grande do Sul, em 2019, através da Associação Comunitária de Imbé-Braço Morto. Esta solicitação possui evidente preocupação com a "preservação do meio ambiente" e tem uma proposta que é articulada ao trabalho do Centro de Estudos Costeiros Limnológicos e Marinhos da UFRGS, através de seu "Projeto Botos da Barra". A própria solicitação já trata esta pesca como uma prática cultural interespecífica entre botos e uma comunidade de pescadores artesanais de tarrafa, entendendo como experiência cultural esta própria relação. Algo que poderíamos nos referir como *comunidade interespecífica* ou mesmo *híbrida*, aos pescadores se referirem aos botos como *amigos*, *irmãos*, *tudo para nós aqui na barra*. Reforçando, assim como a solicitação de Registro antes descrita, a relação entre humano-pescador e boto-pescador, as principais ameaças apontadas na solicitação são também de ordem *ambiental*, resultado de certos modos de ser *humano*, sendo bastante similares àquelas

presentes em Laguna, como o uso recreativo dos locais de pesca com equipamentos como jet-skis e outros, afluxo de turistas e urbanização desordenada, empreendimentos viários planejados, esgoto e poluição biológica e química, uso de agrotóxicos e fertilizantes em plantações na bacia hidrográfica, resíduos plásticos, entre outros. Ressalta ainda que a solicitação seria condizente com a definição do Iphan para a Chancela: "convívio entre a natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades culturais e sociais, numa relação complementar capaz de estabelecer uma identidade que não possa ser conferida por qualquer um desses elementos isoladamente".

O Instrumento da Chancela, implementado em 2009 através da Portaria nº 127, de 30 de abril, foi de fato inovador ao reconhecer os processos de interação do homem com o meio natural como domínio do Patrimônio. De caráter infralegal, pretendia o estabelecimento de pacto entre poder público e sociedade civil para sua defesa e cuidado. Diferenciado do Registro e do Tombamento, propõe-se como forma de ação complementar para atuação em casos em que patrimônio cultural e meio ambiente se colocam de maneira imbricada, entre grupos sociais e natureza. Considera preponderante, porém, as marcas impressas ou valores humanos atribuídos, que confeririam à paisagem uma identidade singular. Os princípios fundamentais da Chancela dizem somente respeito às dinâmicas culturais humanas, tendo o agente humano como aquele que é o importante na transformação. O que interessa chancelar é a ação humana sobre a natureza. Tem apenas o ser humano como agente de transformação, em perspectiva absolutamente antropocêntrica.

Conforme consta nos preâmbulos da referida Portaria, ainda que a questão não esteja necessariamente colocada na prática, dos casos específicos chancelados, há menção à relação com a natureza, tomando-a, portanto, como ente à parte, com o qual os humanos deveriam ter relação *harmônica*. Pressupondo, portanto, não apenas uma determinada separação natureza-cultura como uma maneira particular defendida na relação entre os termos. Quando o ambiente é considerado, é para que ele proporcione qualidade de vida à população humana.

Sobrestado desde 2014, o instrumento da Chancela está em processo de revisão desde 2017. Em Relatório Técnico do Grupo de Trabalho (Iphan, s/d.), aberto para consulta pública em 2019, seguem, no entanto, de maneira geral, definições antropocêntricas, no sentido de que consideram a paisagem como algo cultural (entenda-se da cultura humana em seu entendimento moderno), com a definição de que sejam definidos a partir de uma cultura coletiva, dada por grupos sociais (humanos), e com interesse público (humano), visando à dignidade humana (não animal, vegetal, ambiental, natural, ou de diferentes humanidades etc.) e cidadania (humana).

Dentre seus objetivos na referida revisão, por outro lado, estão a valorização e a promoção da pluralidade de formas de relação com a natureza, modos de ser e de estar no mundo. E, assim, procura valorizar interações entendidas como *sustentáveis*, não lesivas ao *meio ambiente*. Pressupõe, portanto, ainda que com certa ambiguidade e indefinição, também uma *Natureza* e uma maneira determinada privilegiada de se relacionar com Ela, como ente Outro. Novamente, valorizando-se uma *relação harmônica* entre processos sociais e processos da natureza. Neste caso, fica mais claro que, de forma louvável (talvez heroica) se procuram evitar relações predatórias ao *meio ambiente.* Não no sentido da predação expressa no presente artigo, de uma prática socioambiental poder ser uma maneira de matar para comer, mas sim no sentido da exploração capitalista e racionalizada em escala industrial, irracional ao trazer prejuízo ou impedir a reprodução das espécies. O instrumento procuraria defender relações localizadas, tradicionais e artesanais. Isto, no entanto, não deve ser lido como possibilidade de harmonização pacífica das relações entre humanos e outros seres como a única alternativa defensável. Felizes seriam as tainhas.

A revisão propõe ainda a possibilidade de uma ação interministerial, justamente para superar as barreiras institucionais que se colocam ao tratar de abordagens interdisciplinares e que envolvem humanos e ambiente, humanos e outras espécies. Algo que, caso viabilizado no futuro, poderia indicar para caminhos inovadores se ambos os lados da relação estivessem dispostos a cooperar, mesmo que sejam ainda caminhos iniciais para uma transformação em princípios básicos de nossos entendimentos para possibilitar a apreensão de certas diversidades fundamentais em relação a composições de mundos e relações possíveis.

No caso dos botos, um primeiro passo neste sentido é o reforço da participação de humanos-pescadores, como cuidadores de seus parceiros, em diálogo com instituições como o Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) que, desde 2019, mantém o Plano de Ação Estadual para Conservação do boto-pescador, articulando diversos órgãos e instituições civis, incluindo universidades como UDESC e UFSC que já trabalham há anos em projetos de estudo e monitoramento dos botos e no Projeto de Monitoramento de Praias na região de Laguna. Algo que também já vemos sendo desenvolvido através do projeto “Botos da Barra”, no Rio Grande do Sul. Primeiros passos, com suas limitações, dada a complexidade e extensão das relações natureza-cultura em uma bacia hidrográfica, ao lado de complexas relações locais, e as delimitações institucionais legais. Estas últimas, superáveis apenas, em nossa forma estatal de ser, com novos termos legais que fortalecessem instrumentos de corresponsabilização e relação interinstitucional.

Voltando ao instrumento do Registro para a Pesca Artesanal colaborativa de Botos e Humanos, o desafio segue, seja ao considerar um potencial Registro que pesque certas noções que tanto os Sistemas Agrícolas Tradicionais como a Paisagem Cultural têm procurado agregar, mas que possa dar conta desta relação tão específica, que, se por um lado não traz uma dimensão cosmogônica, traz uma *comunidade híbrida* que não pode ser considerada apenas do lado de uma das espécies envolvidas, pois que é constituída por todas elas. E uma comunidade híbrida que não é possível sem compor *ambiente* com certas características que viabilizam a interação e colaboração, considerando-se toda a cadeia alimentar, geografia, espaço local, regional e os materiais presentes e inseridos nela. Neste sentido, um *bem cultural* que inclui elementos como condição química das águas da Lagoa, as possibilidades de livre circulação por estas águas, condições que dependem de articulações regionais destes elementos, que são tão importantes quanto os saberes de tainhas, botos e humanos envolvidos diretamente na prática da pesca cooperativa contra as tainhas.

Neste sentido, teríamos uma Paisagem que é cultural, mas também de outras culturas-naturezas, o que inclui diferentes relações entre os elementos envolvidos, e diferentes perspectivas de saber e de modo de vida que, não obstante, não existem uns sem os outros. Alterando o que se está entendendo por *cultura*, é um desafio para pensar, narrar e descrever, certamente com a inevitável necessidade de mediação dos especialistas humanos, pescadores ou biólogos, para compreender e viabilizar a participação dos demais envolvidos ativamente no processo de salvaguarda. Pensando-se os desafios para trabalhar com uma comunidade interespecífica, híbrida, em que os elementos mantêm relações muito peculiares entre si. Em que nossos sentidos de comunicação, comunidade, formas de associação, participação, representação e voz têm que ser repensados.

Trata-se de um caso potencialmente especial para que, juntamente a outros, possamos repensar as políticas públicas culturais para além do elemento humano e de um entendimento de humanidade. É um desafio para pensar *com* botos e humanos pescadores e sua cultura. Para incluir um *contra*, alguém que sai *perdendo*, que morre. Trazendo assim a tensão da prática para seu Registro, ao invés de pacificar e, para tanto, diminuir os outros agentes igualmente importantes. Para que possamos pensar relações culturais e paisagens também a partir destes outros e das múltiplas relações possíveis.

Referências

AGRELO, M.; DAURA JORGE, F. G.; BEZAMAT, C. et al. Spatial behavioral response of coastal bottlenose dolphins to habitat disturbance in southern Brazil. **Aquatic Conservation: Marine and Freshwater Ecosystems**, n. 29, 2019, p. 1949–1958. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/aqc.3188>. Acesso em: 21 jul. 2020.

AREÃO, João dos Santos. A Pesca com Boto. **Boletim Trimestral da Sub Comissão Catarinense de Folclore**, n. 2, ano 1, Florianópolis, dez. 1949.

BATESON, Gregory. Problemas de comunicação entre cetáceos e outros mamíferos. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, abr. 2018, p. 465-477.

CAMARGO, Gilson. Ação humana ameaça botos na Barra do rio Tramandaí. Entrevista com Paulo César Simões-Lopes. **Extra-Classe**, 11 de agosto de 2014. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/ambiente/2014/08/acao-humana-ameaca-botos-na-barra-do-rio-tramandai/>. Acesso em: 21 jul. 2020.

CANTOR, Mauricio; SIMÕES-LOPES, Paulo C.; DAURA-JORGE, Fábio. Spatial consequences for dolphins specialized in foraging with fishermen. **Animal Behavior**, 139, 2018, p. 19-27.

CARDOSO, Jonatan Agostinho. **Pesca Artesanal; as Experiências Sensíveis, As Práticas Econômicas: Um Olhar Sobre a Pesca com Tarrafa em Laguna-SC**. Trabalho de Conclusão de Curso (bacharelado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

CATÃO, Brisa; BARBOSA, Gabriel Coutinho. Botos bons, peixes e pescadores: sobre a pesca conjunta em Laguna (Santa Catarina, Brasil). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 69, p. 205-225, abr. 2018.

GONZÁLEZ DE CASTELS, Alicia Norma; IINO, Fátima Satsuki de Araújo. **Educar, documentar e valorizar para preservar: pesca artesanal com auxílio dos botos em Laguna**. Laguna: Ed. do autor, 2015. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/sc/noticias/detalhes/3933/livro-e-dvd-pesca-artesanal-com-auxilio-dos-botos-em-laguna>. Acesso em: 18 de agosto de 2020.

IINO, Fátima Satsuki de Araújo. **Pescadores artesanais na praia da Tesoura, Laguna/SC: reflexões sobre sociabilidades e apropriações do espaço**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

INGOLD, Tim. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, v. 33, n. 1, 2010, p. 6-25.

INGOLD, Tim. Quando a formiga se encontra com a aranha: teoria social para artrópodes. In: INGOLD, T. **Estar Vivo: Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição.** Petrópolis: Vozes, 2015.

INGOLD, Tim. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. London; New York: Routledge, 2002.

Iphan. **Relatório Técnico do Grupo de Trabalho da Paisagem Cultural Brasileira**. s/d. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1956>. Acesso em 21 de julho de 2020.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LESTEL, Dominique ; BRUNOIS, Florence ; GAUNET, Florence. Etho-ethnology and ethno-ethology. **Social Science Information**, 45 (2), p. 155-177, 2006.

SIMÕES-LOPES, Paulo C.; DAURA-JORGE, Fábio G.; CANTOR, Maurício. Clues of cultural transmission in cooperative foraging between artisanal fishermen and bottlenose dolphins, *Tursiops truncatus* (Cetacea: Delphinidae). **Zoologia,** Curitiba, v. 33, n. 6, 2016.

SIMÕES-LOPES, Paulo César. **O Luar do Delfin**. Editora Letra D'água: Joinville, 2005.

SISTEMA AGRÍCOLA TRADICIONAL DO RIO NEGRO. SIMAS, Diego; BARBOSA, Yêda (coord.). Brasília: Iphan, 2019.

VIANNA, Letícia Costa Rodrigues. **A Pesca Artesanal com *Tursiops truncatus* em Laguna – SC: ampliação da perspectiva e percepção de características essenciais.** Produto de consultoria entregue à Superintendência do Iphan em Santa Catarina. Florianópolis, 2020a.

VIANNA, Letícia Costa Rodrigues. **Relações delicadas: A pesca artesanal com o boto-da-tainha em Laguna-SC.** Produto de consultoria entregue à Superintendência do Iphan em Santa Catarina. Florianópolis, 2020b.

Recebido em 19/08/2020 | Aceito em 29/10/2020.